

# Libertados os quatro detidos do PS na Operação “Imergente” da PJ

written by Maria Paulo | 30 de Maio, 2026



Os quatro detidos da Operação “Imergente” da Polícia Judiciária **foram libertados** e ficaram sujeitos a Termo de Identidade e Residência, foram proibidos de contactar entre si ou outros arguidos (um total de 37) do processo e de frequentar as instalações de quaisquer órgãos de autarquias.

Um **ex-porta-voz do PSOE na Galiza**, que faturou mais de 100 mil euros ao PS, é o quarto detido da Operação “Imergente” desencadeada pela Polícia Judiciária no cumprimento de 60 mandados de busca domiciliária e 32 mandados de busca não domiciliária, nas zonas de Lisboa, Mafra, Oeiras e Coimbra

Desenvolvida esta quinta-feira pela Unidade Nacional de Combate à Corrupção, a investigação incidiu na prática dos **crimes de prevaricação e participação económica em negócio**, envolvendo a adjudicação de diversos contratos por parte de câmaras municipais e juntas de freguesia.

Um comunicado do DIAP Regional de Lisboa informou que a investigação incluiu também prática de **peculato, abuso de poderes, burla qualificada, falsificação de documento e fraude fiscal qualificada.**

A megaoperação mobilizou cerca de 400 inspetores e peritos da Polícia Judiciária e sete magistrados do Ministério Público.

***“Até ao momento, foram realizadas quatro detenções fora de flagrante delito, uma detenção em flagrante delito, por posse ilegal de arma, e constituídos 37 arguidos. Em causa estão procedimentos de ajuste direto ou de consulta prévia, em clara violação das normas legais aplicáveis e com evidente prejuízo para o erário público”***, acrescenta o comunicado da PJ.

Entretanto, em comunicado enviado às redações na quinta-feira, o PS confirmou que a PJ realizou buscas na sede nacional, em Lisboa, afirmando que as diligências estão relacionadas com um dos seus trabalhadores e não com o partido.

Segundo apurou a CNN, a investigação visa ***“um alegado polvo montado em torno do poder autárquico do PS”***; os crimes em causa estarão relacionados com a ***“contratação de militantes e a adjudicação de serviços a empresas de socialistas, por ajuste direto, que ascenderam a mais de 800 mil euros só entre os anos de 2016 e 2022”***.

No centro da investigação estará a **junta de freguesia de Santa Maria Maior**, que era liderada por Miguel Coelho, um dos principais visados pela operação, adianta a CNN Portugal, revelando que o antigo autarca terá contratado em Mafra ***“uma rede de nove elementos ex-candidatos do PS àquela autarquia, com Sérgio Santos à cabeça”***, além de 19 empresas daquela região com ligações a militantes socialistas para a prestação de serviços.

Em comunicado enviado às redações, Miguel Coelho informou que na sequência desta investigação decidiu ***“suspender, com efeitos imediatos, o mandato de deputado municipal à***

## ***Assembleia Municipal de Lisboa***

**Duarte Moral** estará entre os detidos e terá beneficiado de uma prestação de serviços de 10 mil euros para o PS de Mafra, em 2021, por consultoria de comunicação e venda de panfletos publicitários.

Rute Reimão, mulher de Duarte Moral, antigo assessor do ex-primeiro-ministro António Costa, é uma das beneficiárias destes ajustes diretos na Junta de Santa Maria Maior, entre 2020 e 2022, que lhe terá rendido 70 mil euros. Alegadamente, foi técnica superior da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior (responsável operacional pela área cultural), segundo a agência Lusa que cita fonte do grupo municipal do PS.

Os elementos da PJ recolheram pen drives e documentação do departamento financeiro do partido na sede do PS no Largo do Rato, em Lisboa, mas não foram levados computadores.

O gabinete no qual **Duarte Moral – assessor de José Luís Carneiro e antigo assessor de António Costa** – trabalha e que divide com outros assessores também foi vasculhado. O gabinete situa-se no mesmo piso do gabinete do secretário-geral do partido, José Luís Carneiro.

As buscas estenderam-se à sede do Partido Socialista, em Lisboa. A investigação visa ***“um alegado polvo montado em torno do poder autárquico do PS”***; os crimes em causa estarão relacionados com a ***“contratação de militantes e a adjudicação de serviços a empresas de socialistas, por ajuste direto, que ascenderam a mais de 800 mil euros só entre os anos de 2016 e 2022”***, de acordo com indicações de O Observador e CNN Portugal.

José Luís Carneiro, secretário-geral do PS, reagiu às diligências da PJ na sede nacional do partido e garantiu que tudo fará ***“para que a legalidade seja defendida e promovida em todos os níveis de responsabilidade do PS”***.

Numa declaração aos jornalistas na Assembleia da República, Carneiro reiterou que o PS **“cooperará para que todos os factos sejam cabalmente apurados”** e para que se faça justiça.

O líder socialista disse não ter informações sobre a alegada detenção do seu assessor, Duarte Moral. **“Não tenho informações, só aquelas que são neste momento públicas (...) aquilo que nos comunicaram é que o PS não era visado nesta investigação”**, afirmou

OC/MP